

APRESENTAÇÃO

O Estrato A1 do QUALIS/CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) do Ministério da Educação atesta, oficialmente, que a Revista *Veredas do Direito* é considerada, estimado leitor, como um dos melhores periódicos científicos do Brasil.

Tal fato muito envaidece a comunidade científica da Escola Superior Dom Helder Câmara, situada em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, especialmente os docentes e discentes do Curso de Mestrado Acadêmico em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, indutores de pesquisas científicas de quilate, que muito contribuem para a produção de conhecimento em prol da efetivação do Princípio do Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado, consagrado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Neste número, os professores Alcides Francisco Antúnez Sánchez, da Universidad de Granma (Cuba) e Lucas Guanoquiza Tello, da Universidad Técnica de Cotopaxi (Equador), analisam os instrumentos da auditoria ambiental, apontando seu surgimento, finalidades e regulamentação jurídica, no artigo “El Control Público Desde La Dimension Ambiental”.

No artigo “O Nascimento do Direito à Alteridade na Cidade” os professores Émilien Vilas Boas Reis e Bruno Torquato de Oliveira Naves abordam a contribuição do dominicano espanhol Francisco de Vitória para o desenvolvimento da relação com os índios, durante o período das grandes navegações.

Analisando as mudanças climáticas pós-2015, os professores Fernando Cardozo Fernandes Rei e Alcindo Fernandes Gonçalves, da Universidade Católica de Santos e o professor Luciano Pereira de Souza, da Universidade Santa Cecília, apresentam reflexões sobre as contribuições individuais de cada país – inclusive o Brasil – definidas no Acordo de Paris, no artigo “Acordo de Paris: Reflexões e Desafios para o Regime Internacional de Mudanças Climáticas”.

Os professores Sérgio Ricardo Fernandes de Aquino e Neuro José Zambam, ambos pertencentes ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Faculdade Meridional, apresentam no artigo “A ‘Casa Comum’: por uma epistemologia do cuidado e justiça para a América Latina”, um estudo sobre a metáfora da “Casa Comum” presente na Encíclica *Laudato Si*, como vetor epistêmico de cuidado, que inaugurou uma nova concepção para a convivência entre Homem e Natureza na América Latina.

No artigo “Principios Fundamentales de la Tributación Ambiental”

o professor Itamar da Silva Santos Filho, da Universidade Estadual do Piauí, e o mestrando Paulo Rangel Araújo Ferreira, também da Universidade Estadual do Piauí, abordam os princípios jurídicos que fundamentam a fiscalidade ambiental, enfatizando as dificuldades técnico-jurídicas dos instrumentos fiscais e as estratégias para superá-las.

O autor Renato Braz Mehanna Khanis, professor da Universidade Santa Cecília e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, apresenta análise do direito à proteção do meio ambiente, demonstrando sua fundamentalidade e indisponibilidade, no artigo “A Indisponibilidade do Direito Fundamental à Proteção do Meio Ambiente”.

A professora da Universidade Federal do Pará e promotora de justiça Eliane Cristina Pinto Moreira, e o especialista em Direito Empresarial pela Universidade Estadual de Londrina, Leandro Barbalho Conde, propõem uma análise dos retrocessos causados pela Lei nº 13.123/2015, que define regras de acesso, uso e repartição de benefícios decorrentes do patrimônio genético da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados.

No artigo “Crise da Racionalidade e Sustentabilidade no Mercado de Combustíveis no Estado da Paraíba”, a mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Paraíba, Ana Celecina Lucena da Costa Rangel, a professora e coordenadora do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, Belinda Pereira da Cunha, e o mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Paraíba, professor Renan Aversari Câmara, apresentam os principais aspectos da produção e consumo da gasolina e do etanol, especialmente no estado da Paraíba, realizando contraponto com a crise ambiental contemporânea.

O doutorando em Ciências Jurídico-Internacionais e Europeias pela Faculdade de Direito de Lisboa e o vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito do Mar (IBDMar), Tiago Vinicius Zanella, juntamente com o professor da Escola de Guerra Naval, Ricardo Pereira Cabral, exploram a aplicação do princípio da precaução no âmbito internacional, especialmente na proteção dos mares e oceanos, no artigo “The Application of the Precautionary Principle in International Law: an Analysis of the Contribution of the International Tribunal for The Law of the Sea”.

No artigo “A Influência do Constitucionalismo Andino Contemporâneo na Formação de um Paradigma Acerca da Agroecologia”, o professor dos Programas de Pós-graduação em Direito da UNILASALLE e da Universidade do Extremo Sul Catarinense, Antônio Carlos Wolkmer, e a mestranda pela Universidade Federal de Santa Catarina, Maria Demaria Venâncio, delineiam a influência e contribuições do novo constitucionalismo latino-americano para o estabelecimento do paradigma agroecológico.

O professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Paulo de Bessa Antunes, analisa criticamente a recuperação de danos ecológicos no Direito brasileiro, apontando nuances e diferenças entre os danos ecológicos e os danos ambientais no artigo “A Recuperação de Danos Ecológicos no Direito Brasileiro”.

Os professores da Universidade do Oeste de Santa Catarina, Cris-thian Magnus De Marco e Orides Mezzaroba apresentam, no artigo “O Direito Humano ao Desenvolvimento Sustentável: contornos históricos e conceituais”, a afirmação histórica da categoria “desenvolvimento sustentável” nos documentos internacionais reconhecidos pela Organização das Nações Unidas, apontando o refinamento da noção de desenvolvimento que ultrapassou o aspecto meramente econômico.

No artigo “Balance Between Socio-Environmental Responsibility and Business Economic Efficiency”, a gerente corporativa da Votorantim Energia, Grace Ladeira Garbaccio, o professor da Université Laval, Christophe Krolik, e a líder do Núcleo Socioinstitucional da Fundação Renova, Ana Carolina de Moura Maciel, apresentam discussão sobre a sustentabilidade e a responsabilidade social corporativa.

Explorando a jurisprudência internacional europeia sobre o reconhecimento do direito ao meio ambiente urbano, o professor do Centro Universitário de Brasília, Marcelo Dias Varella, e a doutoranda pela mesma instituição, Mariane Morato Stival, apresentam no artigo “Meio Ambiente Urbano na Jurisprudência Internacional Europeia” a possibilidade de interações normativas entre os sistemas regionais de proteção de direitos humanos, na temática da qualidade de vida ambiental urbana.

Assim, prezado leitor, o Curso de Mestrado Acadêmico em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior Dom Helder Câmara e a Equipe Editorial da Revista Veredas do Direito desejam-lhe uma excelente leitura, sempre na esperança de vivermos em um planeta ambientalmente mais digno.

Elcio Nacur Rezende

Editor da Revista Veredas do Direito
Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da
Escola Superior Dom Helder Câmara